

Nº único de Pessoa Colectiva e de matricula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 500 136 971  
Sede: Rua da Misericórdia, 12/20 – Edifício Espaço Chiado – 5º andar – Escritório 19, 1200-273 LISBOA  
Capital Social Realizado de 12.500.000,00 Euros

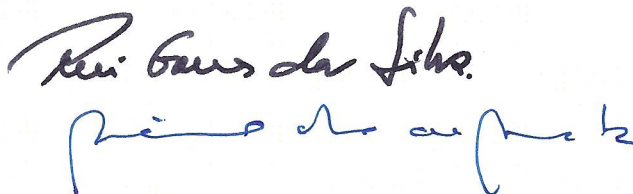
## ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL

R.

Pediu a palavra o Senhor Dr. Abel Pinheiro para propor um voto de louvor à Mesa pela forma como conduziu os trabalhos.

Submetida à votação, foi esta proposta a qual foi aprovada por unanimidade pelos Senhores Accionistas detentores de 1.129.881 acções representando 45,19% do capital social e 57,17% do capital votante da Empresa a que correspondem 11.299 votos.

Depois de agradecer, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão dela se lavrando a presente acta e que vai ser assinada pelos membros que compõem a Mesa da Assembleia Geral.



ACTA Nº 101

Aos trinta dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezoito pelas quinze horas e trinta minutos reuniu, no Edifício Espaço Chiado, Rua da Misericórdia, 12 a 20, 3.º andar – escritório 6, em Lisboa, a Assembleia Geral da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A., Sociedade Aberta, com o capital social integralmente subscrito e realizado de doze milhões e quinhentos mil euros, com o número único de pessoa colectiva e de matricula na Segunda Secção da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 500.136.971.

Assumiu a Presidência da Mesa da Assembleia Geral o respectivo Presidente Senhor Doutor Rui Gomes da Silva, o qual, na ausência da secretária da mesa convidou para o secretariar a Sra. D. Carla Figueiredo.

Nº único de Pessoa Colectiva e de matricula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 500 136 971  
Sede: Rua da Misericórdia, 12/20 – Edifício Espaço Chiado – 5º andar – Escritório 19, 1200-273 LISBOA  
Capital Social Realizado de 12.500.000,00 Euros

**ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral começou por cumprimentar e agradecer a presença de todos

De seguida Sr. Presidente comunicou que as publicações legais para esta Assembleia foram, publicadas, no dia 30 de Abril de 2018, através do sítio da internet de acesso público com o endereço electrónico [www.mj.gov.pt/publicações](http://www.mj.gov.pt/publicações), mantido pela Direcção Geral dos Registos e Notariado. Verificou, ainda, o Sr. Presidente que foi efectuada a publicação da divulgação da Convocatória no sistema de Difusão de Informação da CMVM em 30 de Abril de 2018 e, ainda, na mesma data foi feita a publicação no site da Euronext.

Informou, ainda, o Senhor Presidente que lhe foi comunicado pelo Conselho de Administração da Sociedade, que os documentos para esta Assembleia estiveram à disposição dos Senhores Accionistas, para consulta na sede da sociedade, bem como no site [www.graopara.pt](http://www.graopara.pt), desde essa data.

Considerou o Senhor Presidente a regularidade e a tempestividade das publicações efectuadas.

O Senhor Presidente comunicou, também, à Assembleia que se encontravam presentes os membros do Conselho de Administração, Senhor Dr. Abel Pinheiro, Presidente do Conselho de Administração o vogal Senhor Orlando Morazzo, o Revisor Oficial de Contas, a sociedade AUREN-AUDITORES & Associados, SROC,S.A., é representada pelo Senhor Dr. Victor Manuel Leitão Ladeiro e ainda o Sr. Dr. António Coelho, vogal do Conselho Fiscal.

Verificou ainda a Mesa estarem presentes e devidamente representados dois Senhores Accionistas, detentores de 1.129.881 acções, representando 45,19% do capital social, correspondente a 57,17% do capital votante, a que correspondem 11298 votos, nos termos do ponto 2 do artigo 20º dos Estatutos da Sociedade, que dispõe que a cada 100 acções

Nº único de Pessoa Colectiva e de matricula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 500 136 971  
Sede: Rua da Misericórdia, 12/20 – Edifício Espaço Chiado – 5º andar – Escritório 19, 1200-273 LISBOA  
Capital Social Realizado de 12.500.000,00 Euros

**ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL**

R.

corresponde 1 voto.

Considerando estarem reunidas todas as condições estatutárias e legais para a Assembleia funcionar e deliberar validamente, deu o Senhor Presidente início aos trabalhos com o seguinte teor:

1. Apreciar e deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício, elaboradas em termos individuais, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 ;
2. Apreciar e deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados relativa àquele exercício social;
3. Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade;
4. Proceder à eleição do Revisor Oficial de Contas e Suplente, em substituição da AUREN – AUDITORES, ASSESSORES E CPNSULTORES ASSOCIADOS, SROC, SA, para o período remanescente do triénio 2017-2019;
5. Apreciar e deliberar sobre a proposta sobre a política de remunerações dos membros dos respectivos órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade.

Em seguida, tomou a palavra que lhe foi concedida o Dr. Abel Pinheiro submeteu à mesa a proposta de serem apreciados e votados conjuntamente os pontos 1 e 2 da Ordem de Trabalhos, devido à conexão entre ambos. Submetida à Assembleia foi aprovado pela unanimidade dos 11.298 votos presentes que se procedesse conforme essa proposta. O Sr. Presidente solicitou aos membros do Conselho de Administração



Nº único de Pessoa Colectiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 500 136 971  
Sede: Rua da Misericórdia, 12/20 – Edifício Espaço Chiado – 5º andar – Escritório 19, 1200-273 LISBOA  
Capital Social Realizado de 12.500.000,00 Euros

**ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL**

R.

presentes se desejariam fazer uso da palavra acerca dos documentos constantes do ponto 1 e 2 da Ordem de Trabalhos. O Sr. Dr. Abel Pinheiro colocou-se à disposição da Assembleia para qualquer esclarecimento adicional ao Relatório de Gestão relativo às Contas Individuais do exercício findo em 31/12/2017 e à proposta de aplicação dos Resultados relativos ao exercício de 2017.

Seguidamente o Sr. Presidente formulou idêntica proposta ao representante da SROC Dr. Victor Ladeiro e ao vogal do Conselho Fiscal Sr. Dr. António Coelho.

Como ninguém pretendesse fazer uso da palavra o Sr. Presidente pediu à secretária da Mesa que lesse as propostas do Conselho de Administração anexas aos documentos preparatórios da Assembleia Geral que tem o seguinte teor :

“PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O PONTO PRIMEIRO DA ORDEM DE TRABALHOS DA ASSEMBLEIA GERAL DA IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A REALIZAR EM 30 DE MAIO DE 2018

(Apreciar e deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício elaboradas em termos individuais relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017)

O Conselho de Administração da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. propõe à Assembleia Geral aprovar o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício elaboradas em termos individuais relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.”

“PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O PONTO SEGUNDO DA ORDEM DE TRABALHOS DA ASSEMBLEIA GERAL DA IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A REALIZAR EM 30 DE MAIO DE 2018

(Apreciar e deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados relativa ao exercício social singular findo em 31 de Dezembro de 2017)

Nº único de Pessoa Colectiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 500 136 971  
Sede: Rua da Misericórdia, 12/20 – Edifício Espaço Chiado – 5º andar – Escritório 19, 1200-273 LISBOA  
Capital Social Realizado de 12.500.000,00 Euros

**ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL**

R.

O Conselho de Administração da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. propõe à Assembleia Geral que, conforme disposto no Relatório e Contas apresentado, o Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 77.487,60, sejam transferidos para a rubrica de Resultados Transitados.”

Em seguida submeteu à votação, conjuntamente ambos os documentos que foram aprovados pela unanimidade dos accionistas presentes ou devidamente representados com 11.298 votos.

O Sr. Presidente da Mesa considerando a unanime aprovação do ponto 1, submete à Assembleia Geral que nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais, manifeste a sua confiança à gestão e fiscalização dos negócios sociais durante o exercício de 2017, aprovando um voto de confiança aos Órgãos de Administração e de Fiscalização e seus respectivos Membros.”

Submetida à votação foi a mesma aprovada pela unanimidade dos Accionistas representados dos 11.298 votos.

Entrando no ponto 4 da Ordem de Trabalhos o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Dr. Abel Pinheiro que fez uma exposição acerca da imposição legal de ter de proceder à eleição do Revisor Oficial de Contas e suplente em substituição da AUREN ASSESSORES E CONSULTORES ASSOCIADOS, SROC, SA, para o período remanescente do triénio 2017 – 2019. No uso da palavra expressou o agradecimento à empresa que durante 19 anos foi SROC da nossa Sociedade, na pessoa do Dr. Victor Ladeiro e dos seus colaboradores. O Dr. Victor Ladeiro agradeceu as palavras do Dr. Abel Pinheiro e expressou a satisfação, sua e da empresa que representa na longa relação entre a AUREN e a GRÃO PARÁ.

Em seguida o Sr. Presidente submeteu à assembleia a proposta aprovada pelo Conselho Fiscal para dar cumprimento ao ponto 4 da Ordem de Trabalhos que tem o seguinte teor:

“PROPOSTA DO CONSELHO FISCAL PARA O PONTO QUARTO DA ORDEM DE TRABALHOS DA ASSEMBLEIA GERAL DA IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A. A REALIZAR EM 30 de MAIO DE 2018.

Nº único de Pessoa Colectiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 500 136 971  
Sede: Rua da Misericórdia, 12/20 – Edifício Espaço Chiado – 5º andar – Escritório 19, 1200-273 LISBOA  
Capital Social Realizado de 12.500.000,00 Euros

### ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL

---

(Proceder à eleição do Revisor Oficial de Contas e Suplente, em substituição da AUREN – Auditores, Assessores e Consultores Associados, SROC, S.A., para o período remanescente do triénio 2017-2019)

O Conselho Fiscal da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. vem, nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, vem propor à Assembleia Geral:

A nomeação, para o cargo de **Revisor Oficial de Contas** da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A., para o período remanescente do mandato correspondente ao triénio 2017-2019, a sociedade “**Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados – SROC, Lda**”, pessoa colectiva 501 280 324, Sociedade inscrita na Ordem dos ROCS com o nº 19 e registada no registo de Auditores junto da CMVM com o nº 20161378 representada por José Maria Ribeiro da Cunha, ROC n.º 497;

A nomeação para o cargo de **Suplente do Revisor Oficial de Contas** da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A., para o período remanescente do mandato correspondente ao triénio 2017-2019, **Mário Paulo Bettencourt de Oliveira**, ROC n.º 1101.

Lisboa, 30 de Abril de 2018.

O Conselho Fiscal”

Submetida à votação foi a mesma aprovada pela unanimidade dos 11.298 votos dos accionistas presentes.

Entrando no ponto 5 da Ordem de Trabalhos o Sr. Presidente pediu à secretária da mesa que procedesse à leitura da proposta do Conselho da Administração que tem o seguinte teor:

“PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O PONTO QUINTO DA ORDEM DE TRABALHOS DA ASSEMBLEIA GERAL DE 30 DE MAIO DE 2018

(Declaração Sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Respectivos Órgãos de Administração e de Fiscalização)

---



Nº único de Pessoa Colectiva e de matricula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 500 136 971  
Sede: Rua da Misericórdia, 12/20 – Edifício Espaço Chiado – 5º andar – Escritório 19, 1200-273 LISBOA  
Capital Social Realizado de 12.500.000,00 Euros

**ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL**

O Conselho de Administração da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. propõe à Assembleia Geral que delibere aprovar, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do Artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a presente Declaração sobre a Política de Remuneração dos membros dos respectivos órgãos de Administração e de Fiscalização, nos seguintes termos:.

**A. Enquadramento Geral**

Nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais e artigo Décimo Segundo n.º 1 dos Estatutos da Sociedade, é da competência da Assembleia-geral a fixação da remuneração dos administradores, tendo em conta (i) as funções por si desempenhadas bem como (ii) a situação económica da Sociedade.

Ora, é no contexto das supra citadas normas que o Conselho de Administração tem vindo a submeter à Assembleia-geral a apreciação da Política de Remuneração dos seus membros e do órgão de fiscalização da Sociedade.

**B. Política de Remuneração****I – Conselho de Administração**

Em termos de política de remunerações, as propostas, unanimemente aprovadas pelos Senhores Accionistas em Assembleia Geral, foram sempre no sentido das remunerações dos membros dos Conselho de Administração serem estabelecidas apenas em termos de componente fixa.

Nº único de Pessoa Colectiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 500 136 971  
Sede: Rua da Misericórdia, 12/20 – Edifício Espaço Chiado – 5º andar – Escritório 19, 1200-273 LISBOA  
Capital Social Realizado de 12.500.000,00 Euros

**ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL**

Como oportunamente explicado em anos anteriores, a determinação do valor fixo da remuneração tem tido por base a avaliação das funções desempenhadas por cada um dos membros do órgão de administração, situação que explica o diferencial remuneratório entre os seus membros. Na apreciação das funções desempenhadas tem-se vindo a considerar a sua extensão mas também o nível de responsabilidade associado ao seu exercício.

A opção pelo critério da atribuição de remuneração fixa, sistematicamente sufragada pelos Senhores Accionistas, deriva do facto de a Sociedade entender que o exercício do cargo de administrador deverá ser assegurado com absoluta entrega, não devendo estar associado a qualquer prémio. De outro modo, é obrigação de todo e qualquer administrador exercer o cargo para o qual foi nomeado com elevada competência e dedicação, pelo que não poderá estar dependente da atribuição de qualquer vantagem económica acrescida.

Em acréscimo, e pela mesma razão, a Sociedade não adoptou quaisquer planos de atribuição de acções ou opções de aquisição de acções como forma de remunerar os membros do órgão de administração.

Naturalmente que a conjuntura económica dos últimos anos, absolutamente alheias ao desempenho dos membros do seu órgão de administração, também não contribuem para que se possa/deva equacionar a alteração da actual política de remuneração via a atribuição de prémios aos administradores.

Neste sentido a remuneração do Conselho de Administração será exclusivamente fixa, não podendo a mesma exceder os valores fixados no último ano.

**II – Revisor Oficial de Contas**



Nº único de Pessoa Colectiva e de matricula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa 500 136 971  
Sede: Rua da Misericórdia, 12/20 – Edifício Espaço Chiado – 5º andar – Escritório 19, 1200-273 LISBOA  
Capital Social Realizado de 12.500.000,00 Euros

**ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL***R.*

Por fim, e no que respeita à Sociedade Revisora Oficial de Contas, a sua remuneração é igualmente estabelecida em termos fixos, conforme imposto pela Lei Societária e as Recomendações da CMVM.

Lisboa, 30 de Abril de 2018.

O Conselho de Administração"

Como ninguém desejava fazer uso da palavra o Sr. Presidente submeteu a proposta à votação, tendo sido aprovada pela unanimidade dos 11.298 votos dos accionistas presentes.

Encerrada a votação de todos os pontos da Ordem de Trabalhos, pediu a palavra o Sr. Dr. Abel Pinheiro para agradecer à mesa a competência e dedicação demonstradas, propondo um voto de louvor na pessoa do Sr. Presidente Dr. Rui Gomes da Silva e da secretária Sra. D. Carla Figueiredo submetida à votação foi a mesma aprovada pela unanimidade dos votos 11.298 votos dos accionistas presentes.

Em seguida o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos.

*Rui Gomes da Silva.*  
*Carla Figueiredo*

ACTA Nº 102

Aos trinta dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezoito pelas dezasseis horas e trinta minutos horas reuniu, no Edifício Espaço Chiado, Rua da Misericórdia, 12 a 20, 3.º andar – escritório 6, em Lisboa, a Assembleia Geral da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.,